

OS COLÉGIOS NO ALMANAK OITOCENTISTA – UM OLHAR SOBRE O ESTATUTO DO COLLEGIO DE N. S. DA SOLEDADE

Amanda Marinho Bogéa
Pedro Gabriel Gonçalves

O *Almanak* como fonte para história da educação maranhense

Na província do Maranhão o surgimento e propagação dos impressos representam um fator decisivo para consolidar a *prática letrada* na província, decorrente da intensa atividade tipográfica que se instalou, em São Luís, desde o começo do século XIX, em 1821, ainda no período do Brasil colônia, estando a frente do governo da capitania o governador Marechal Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca. Com a fundação do primeiro jornal do Maranhão, o *Conciliador* que chegou às ruas em 15 de abril de 1821, a cidade de São Luís transformou-se na quarta capital do país a ter imprensa. A criação desse impresso deu-se em meio à luta entre brasileiros e portugueses, na capitania do Maranhão, divididos quanto à Independência do Brasil. Trata-se do primeiro número impresso, pois as edições anteriormente foram feitas a bico de pena (JORGE, 2000, p. 17).

O nascimento desse jornal pioneiro o *Conciliador*, propagador do discurso oficial, é marco da chegada da primeira tipografia, como nos conta Frias (2001, p. 16): “...E essa improvisada tipocaligrafia durou até 31 de outubro de 1821, em que chegou da Europa e, por conta da Fazenda Nacional, a primeira tipografia que possuiu o Maranhão, a qual continuou a publicação daquele jornal”. Devido à presença dessas tipografias possibilitou ao Maranhão uma riqueza e diversificação de impressos na província.

O que observamos, nos estudos sobre a *cultura impressa*, que a partir de 1821 inicia-se a proliferação de órgãos da imprensa em paralelo com o aumento das tipografias, tanto na corte Rio de Janeiro como no Maranhão oitocentista. Esses periódicos maranhenses, vão desempenhar um papel importante no desenvolvimento político e cultural da província, na medida em que esses impressos em formato de jornais e revistas propagarão conteúdo partidário ou literário.

O Maranhão oitocentista conhecerá então uma fase agitada e diversificada da *cultura impressa*, pois serão muitos os periódicos postos em circulação. Entre todas estas publicações, apresentamos alguns tais como: *Argos da Lei*, de Odorico Mendes, em março de 1825, que também esteve à frente do impresso semanal *O Maranhense*, que foi posteriormente, em

1831, foi substituído pelo *O Constitucional* e do *O Investigador Maranhense* que passa redigir a partir de 1836; o periódico *A Revista* em 1840 e o *Jornal de Instrução e Recreio* (1845) cujo editor era Sotero dos Reis; o *Correio dos Anúncios*, no qual o nome foi substituído em 1862 por *O Constitucional* (Estes periódicos foram impressos e patrocinados pela tipografia da Temperança, de Manuel Pereira Ramos, em São Luís); *O Observador*, fundado em 1847 por Cândido Mendes de Almeida, que mantinha a sua própria tipografia em São Luís; o *Jornal de Timon* (1852 e 1855), de João Francisco Lisboa; o jornal oficial da província, o *Publicador Maranhense* (1842), de Inácio José Ferreira, proprietário da tipografia onde era impresso; *Jornal da Sociedade Filomática Maranhense* (1846); a *Revista Universal Maranhense* (1849-1850), jornal literário, interessado na tradução inacabada de *Os Lusíadas* em alexandrinos franceses, realizada por José Ricardo Jauffret; periódico literário *Eco da Juventude* (1864-1865), “publicação dedicada à litteratura”, importante para a consolidação do mundo literário no Maranhão oitocentista; *A Marmota Maranhense* de 1851, (periódico recreativo e literário mantido inicialmente por Inácio José Ferreira, da Tipografia Constitucional, depois publicado por Manuel Pereira Ramos, da Tipografia da Temperança, ambas de São Luís); o semanário *A Marmotinha* de 1860 e o *Semanário Maranhense* (1867-1868), importante periódico literário da segunda metade do século XIX.

A *cultura impressa* maranhense no decorrer do oitocentos, consolidou-se e era expressado por um quantitativo significativo de formato de impresso e se instalou-se definitivamente como instituição na sociedade local, contando com um público cativo, um parque tipográfico, com frequência uma tipografia própria dos editores, que permitia a sua edição constante, além de um grupo expressivo de *homens de letras* que abasteciam os periódicos de textos e matérias sobre os mais diversos assuntos, sobretudo os de caráter político-partidário.

Ao lado de muitos periódicos de cunho partidário, circulavam também um número razoável de revistas literárias, e os *Almanaks*, nas quais se realizava a difusão de conhecimentos úteis sobre lavoura, saúde, costumes, ciências, filosofia, religião, indústria, comércio, geografia, literatura e, sobretudo, instrução pública e particular.

Nos estudos locais sobre a *cultura impressa* no Maranhão oitocentista apresenta-se lacunas quanto ao lugar e papel dos *Almanak* nesse universo, pois há uma omissão quanto a importância, criação e circularidade dos *Almanak*, uma vez que nos mapeamentos feitos sobre tudo que circulou de impresso, esse tipo não aparece como um gênero que teve uma presença e importância como transmissores de opiniões e informações sobre diversos assuntos

referentes a província, como bem podemos apreender no *Prologo* do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* para o ano de 1858, organizado por Belarmino de Matos:

Cheios d'esperança vamos de novo tentar um gênero de publicação, que ha dez annos foi introduzido entre nós por hum laborioso e emprehendedor comprovinciano, a quem não sobra vontade e amor por esta terra; mas que a seu pesar teve de recuar ante as enormes despezas e indifferentismo com que foi recebido no 2º anno o seu Almanak apesar de se ter tornado uma **obra de statistica curiosa e muito interessante**.

Hoje que há mais gosto por obras dêste gênero, que se reconhece mesmo a sua necessidade, vamos renovar tam útil, quam necessária publicação; mas como ensaio, constando de 152 páginas, e por módico preço, e aos poucos hilo-hemos ampliando cada vez mais até chegar ao ponto de conter em si uma statistica geral da província. Para levar ao cabo a nossa empresa luctâmos com mil difficuldades: a brevidade do tempo, pois confessamos ter principiado mui tarde o nosso trabalho; a pouca vontade de alguns dos que nos tinham de fornecer os dados para o nosso Almanak; a falta de numeração nas casas, são partes para que sahia esto ensaio manco em muitos pontos (ALMANAK, 1858).

Devido à importância dos impressos no século XIX, tem-se multiplicados trabalhos e olhares sobre as mais variadas tipologias de impressos como fonte e objeto de análise, considerando a fertilidade de temáticas que abordam e o potencial de construção de novas interpretações sobre a *cultura letrada* no Brasil e, conseqüentemente no Maranhão.

Este trabalho volta-se para o impresso *Almanak*, como fonte para uma escrita histórica sobre instituições de instrução particular feminino, os colégios e escolas particular, estabelecido na capital da província do Maranhão no período de 1858 a 1864, e anunciada por esse impresso, que está sendo apreendida como fonte principal, para essa historicização dos estabelecimentos e Estatutos propagado pelo *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* da Província do Maranhão, publicado nos anos de 1858, 1859, 1860, 1862 e 1864, que têm-se apresentado, como um tipo muito fértil de informações sobre os modos civilizacionais e educativos da sociedade oitocentistas, uma vez que traz propagandas sobre os modos de instruções, variedades de anúncios em ordem alfabética sobre produtos e serviços (agricultura, indústria e comércio), e com destaque para as referentes a Instrução Públicas, *Lyceo*, Gabinetes de Leitura, Escola Particular e “Colégios de Meninos e de Meninas”.

Sobre os colégios e escolas particulares, por exemplo, através dos *Almanak* esses anúncios informavam as famílias a respeito dos colégios-internatos, tais como o endereço, as condições de instalação e do local, o espaço físico, os serviços ofertados, o ensino e os professores. Informavam também sobre as condições para o ingresso no internato, como o enxoval, idade dos meninos e meninas, grau de instrução, valores e condições de pagamento da pensão e de outros serviços oferecidos pelo estabelecimento.

Partindo do interesse pelos colégios e escolas particular feminino propagados pelo impresso *Almanak*, a reflexão sobre este tipo de estabelecimento, perpassa pelo alargamento, também, da compreensão dos impressos como fonte e objeto da história, nesse sentido, atentamos para as mudanças significativas ocorridas no *campo de pesquisas da história da imprensa* apresentado por Martins e De Lucas (2006) quanto a forma de compreender este objeto, mormente a partir da leitura de estudos mais recentes que vem investindo em uma compreensão histórica mais crítica, no qual “a imprensa tem deixado de ser encarada como receptáculo de informações e de textos para tornar-se, ela própria, um objeto de investigação” (LUCA, 2006, p. 317).

Na apreensão dessa fonte, no contexto dessa nova orientação, há que se observa a destinação dos produtos ao público específicos, em relação à forma das publicações, a distribuição das matérias, os múltiplos usos dos recursos da imagem, as inovações técnicas, a luz de uma história cultural da sociedade, seus produtos e ideias, quanto a análise dos objetos em sua materialidade bem como as práticas nas suas diferenças e *dispositivos* em suas variações, como bem alerta Michel Foucault (1989) no que se refere a esse *dispositivo* como:

(...) discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (...) entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posições, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes (...) o dispositivo está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas, que igualmente o condicionam. É isto o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles (FOUCAULT, 1989, p. 244-6).

Diante desse pressuposto, procuramos apreender historicamente esses materiais impressos e suas publicações sobre instruções e educação como fonte, sem perder de vista o entendimento de que essas referidas fontes estão articuladas a uma conjuntura específica que a sociedade maranhense da segunda metade do Oitocentos. Ao tratar a especificidade do processo de desenvolvimento da cultura impressa na capital da província do Maranhão, desde suas primeiras manifestações, observamos o quanto esse movimento estava vinculado às transformações nos espaços públicos, à modernização política e cultural de instituições, ao processo de reorganização de sociabilidade de cultura política e letrada na província. A singularidade desses impressos nos oitocentos era o seu *caráter pedagógico* uma vez que estiveram correlacionadas às manifestações culturais, sociais e políticas vivenciadas por aquela sociedade.

Alguns jornais eram publicados com objetivos específicos, quase sempre político, e que, uma vez alcançados eliminava a razão de ser do órgão. Este passava a constituir, então, uma espécie de registro ou memória do acontecido. Os periódicos, em suma, pela sua intenção formativa para além da mera informação, eram para ser lidos, discutidos, mostrados a outras pessoas e principalmente guardados, de modo que o exemplar do dia anterior não servia meramente de papel de embrulho (KLAFKE, 2011, p. 34).

Assim, os impressos desse período passam a centralizar ações individuais que ofereciam a população oportunidade de compartilhar uma mesma experiência de uma nascente cultura política, de uma esfera pública que estava sendo gestada a partir do advento dessa nova forma de sociabilidade desenvolvida e propagada pela imprensa, no que tange a expansão da cultura letrada, da leitura e ampliação do público, principalmente, em familiarizá-lo com um repertório discursivo. Com isso no século XIX, no Brasil e em suas províncias, configura como um período em que se consolida um ambiente de intensa circulação de ideias e de surgimento de diversas publicações com panfletos, periódicos especializados, jornais diários, compêndios, livros e dentre outros os *Almanak* que, com o fim da censura advindo com o decreto real em 1821, criou-se no Brasil a condições para surgimento das tipografias impulsionando a circulação dos impressos, consolidando uma *cultura escrita* que teriam nos impressos meio primordial de legitimação de ideias e formação de opinião pública.

Ciente dessa presença marcante que o *Almanak* teve nesse período, na província do Maranhão, uma vez que foi suporte para apropriação e divulgação de conhecimentos sobre a província, “*uma obra de statistica curiosa e muito interessante*”, por meio deste colocou em circulação praticas culturais da e na província, é que voltamos para ele com objetivo de apreender, nesse impresso, os dados sobre os colégios e escolas particulares para as meninas bem como os Estatutos desses estabelecimentos.

Segundo o historiador Jacques Le Goff (1996), os primeiros impressos *Almanak* apareceram na Europa por volta do ano de 1455. Logo após, em 1464, surgiram os *Almanaque da Corporação dos Barbeiros* e o *Almanaque Anual* (1471). No tocante a França, o almanaque apareceu ligado à leitura de *colportage*, sendo o *Le Grand Calendrier Compost dès Bergers*, de 1471, o mais importante e popular almanaque francês. Nos séculos XVI e XVII, os *Almanaks* passaram a circular amplamente na Europa, tendo o seu conteúdo definido pelo calendário, pela astrologia, utilidades e entretenimento. No Brasil, os primeiros

impressos nesse formato que se tem referência o *Almanach Histórico do Rio de Janeiro*, de Duarte Neves editado no século XVIII.

Quanto ao sentido etimológico da palavra *Almanak* ela pode aparecer com várias origens, do árabe, por exemplo, pode ser a junção do *al* e *manach* – computar contar. Segundo Bollémé (1965), a versão que conhecemos, aproxima do sentido etimológico da junção do árabe *al* e do grego *men* = mês ou ainda *menas* (grego) = lua, latim *meusis* e do antigo indiano, mas, medir. Assim, para a autora, o almanaque pode ser definido como um:

[...], ilustrado com signos, figuras, imagens, o Almanaque dirige-se aos analfabetos e a quem lê pouco. Reúne e oferece um saber para todos os astronômicos, como os eclipses e a fase da lua; religioso e social, com as festas e especialmente as festas dos santos que dão lugar aos aniversários no seio das famílias; científico e técnico, com conselhos sobre os trabalhos agrícolas, a medicina, a higiene; histórico com as cronologias, os grandes personagens, os acontecimentos históricos ou anedóticos; utilitário, com a indicação das feiras, das chegadas e partidas dos correios; literários, com anedotas, fábulas, contos; e finalmente astrológicos. Na sua forma popular interessa sobretudo ao pastor e ao camponês.

A função dos *Almanak*, nas cidades em que circularam, serviram para diversas utilidades, os viajantes do século XIX, por exemplo, usavam como guia quando a aqui aportavam e necessitavam de informações para se localizar na cidade. Os habitantes locais usufruíam desses impressos como instrumento de localização de produtos e serviços.

Tomá-los como fontes, nos propicia a reconstruir o passado por meio de imagens presentes em muitos deles. Algumas dessas imagens são praticamente pouco conhecidas, na representação atual de determinados local, sobretudo, no que tange aos aspectos sociais, culturais e educacionais. Das imagens, passam-se a descrição de forma indireta e direta de hábitos e costumes de uma sociedade, seja ela urbana ou rural. Dessas imagens focaremos nos colégios e escola particular destinadas para as meninas, apresentando neste trabalho um mapeamento desses estabelecimentos, priorizando o Colégio Nossa Senhora da Soledade e o seu Estatuto publicado nos *Almanaks*, (1858 a 1864) dentro dos preceitos empregados no seu estatuto.

Collegio de Meninas e Estatuto – o caso do Collegio N.S. da Soledade

Tratar-se da educação feminina do decorrer do século XIX, há que considerar historicamente como foram definidos as representações os papéis sociais de homens e mulheres ao longo da história no qual caracterizou as mulheres de estereótipos decorrido ao seu sexo, considerado do tipo “sexo frágil”, passivas, emocionais, sensíveis e totalmente

condicionadas aos “sentimentos do coração”, são algumas características atribuídas ao *ser mulher* na sociedade, certamente isso implicou em constituição de espaço diferenciado de sua instrução, escolarização, como bem alerta Tatiana Sales (2010) em sua reflexão sobre a educação da mulher no século XIX.

Mulheres e homens, historicamente, possuíram oportunidades, contextos e processos formativos diferenciados no seio social. Contextualizar historicamente as relações de força e de dominação masculina proporciona o entendimento das relações de gênero entre os papéis do homem e da mulher (SALES, 2010, p. 276).

A constituição desses espaços diferenciados de homens e mulheres, perpassam pelas formais culturais e societárias de como se operar nas relações sociais de poder no âmbito de uma construção cultural, e não nas diferenças naturais do ser masculino e feminino, pois que ressaltar que as hierarquias de gênero em diversos contextos favorecem o masculino. A disseminação e incorporação de valores e imagens sobre o ser feminino ocorre por meio dessa herança cultural que é transmitida pela instrução escolar (ABRANTES, 2014, p. 22), que no século XIX tinha como responsável a família, a escola ou qualquer outra pessoa que desejasse fundar uma escola em sua residência ou equivalente, sem esquecer das igrejas, que tinham o papel de educar nos valores morais e religiosos.

O modelo de educação feminina presente em São Luís na segunda metade do século XIX era um modelo fundamentado em preceitos morais e religiosos, onde as meninas iam para escola para serem instruídas e aprenderem ofícios domésticos, tendo em vista que a perspectiva de futuro que a mulher tinha era exatamente o cuidado do lar e da família. É dessa maneira que as instituições responsáveis por esse ensino e instrução do público feminino foram surgindo, pois até então só os homens poderiam ter a primazia de frequentar o espaço escolar.

Com o passar dos anos foram surgindo mais instituições direcionadas a educação desses jovens e crianças, instituições particulares em forma de colégios e escolas particular destinada ao público feminino e masculino mais abastado, e as famílias com menos aportes financeiros poderiam enviar para as escolas particulares de porte menor que os colégios no que tange as condições financeiras para manter suas filhas nesses estabelecimentos.

Segundo o relatório do presidente de província para o ano de 1874, as instituições destinadas ao público feminino cresceram bastante em comparação a anos anteriores:

Um número maior de matrículas neste ano para o sexo feminino. Vejamos: dos 11 colégios secundários particulares de São Luís, 06 eram para meninos e foram frequentados por 400 alunos; 05 para meninas, sendo frequentadas por 478 alunas (ABRANTES, 2014, p. 84).

De acordo com Abrantes (2013), a expansão desses colégios particulares para educação feminina em São Luís, no decorrer da segunda metade do século XIX, significou uma maior suscetibilidade da sociedade maranhense no tocante ao ensino formal das mulheres e a incorporação do ideário da época, influenciadas pelas mudanças na sociedade burguesa, de educar a mulher para o melhor exercício de seu papel de mãe. Essa mudança se insere num contexto em que a sociedade passava por um processo de incremento da vida urbana, com novas alternativas de convivência social, e onde especialmente para as mulheres das camadas sociais elevadas, houve uma ampliação do seu papel e função, pois conforme Abrantes:

Nos novos espaços públicos de convivência social das elites, as jovens deviam apresentar novas “prendas” relacionadas às etiquetas sociais, com maneiras recatadas e elegantes de se apresentar em público, exibindo conhecimentos das artes, falando uma língua estrangeira, de preferência o francês. Esses conhecimentos seriam obtidos nos colégios femininos, que procuravam adequar seus programas para atender esse tipo de “educação de salão” (ABRANTES, 2013, p. 2,3).

Com a mulher educada nesses princípios da moral religiosa e dos afazeres domésticos, agregando mais instrução da *cultura letrada* acrescentaria mais prestígios tornando essas moças mais privilegiadas na busca de companheiro mais afortunado. Por outro lado, com o acesso a instrução escolar, a educação feminina, objetivava preparar a mulher para o casamento, com uma instrução capaz de torná-la a mãe educadora segundo as novas exigências da sociedade que se modernizava, mas, como bem alerta Abrantes (2013), essa instrução não significaria e propiciaria uma possível emancipação feminina, pois na prática, os homens preferiam as belas e superficialmente instruídas, com a chamada *educação de salão*, não deixando os homens, assim, continuarem sentindo superiores.

Encontramos os *collégios* voltados para o ensino de primeiras letras, no qual as meninas recebiam uma instrução marcada pelos ensinamentos morais e religiosos, prendas domésticas e os conhecimentos básicos da leitura, da escrita e das quatro operações.

Esses collégios de primeiras letras para meninas eram dirigidas por mulheres, escolhidas entre aquelas que tinham conduta exemplar na sociedade. Cabiam as mulheres desses estabelecimentos os ensinamentos das prendas domésticas, e as de primeiras letras, as demais matérias, como *gramatica portugueza, geographia e francez* eram assumidas pelos mestres homens. No ensino secundário para as mulheres, os objetivos educacionais não eram

diferentes daqueles traçados para a instrução elementar, embora fossem acrescentadas outras matérias. A opinião do presidente Cruz Machado (1855- 1857) sobre a educação feminina resume bem o sentimento da época sobre essa questão:

[...], embora muito convenha que as filhas de famílias melhor colocadas na sociedade recebam nos colégios conhecimentos das línguas, da geografia e história, do desenho e da música, cumpre sempre não perder de vista que sua educação e instrução devem estar em harmonia com o lugar que, como esposas, mães de família ou donas de casa, lhes está reservado na vida doméstica [...] (PRIMITIVO, 1939, p. 187).

Nos *Almanaks*, os colégios particulares aparecem como destaques na oferta do ensino de primeiras letras e secundário para as meninas, mas de forma diferente daquele que era dirigido aos homens. Enquanto o ensino secundário masculino se caracterizava como preparatório para o ensino superior, a exemplo do que acontecia no Liceu Maranhense e nos colégios de meninos desse nível em São Luís, a educação feminina pautada no ideal de preparar a mulher para o casamento e a maternidade, imprimia à educação secundária feminina uma característica, também, muito doméstica. De destaque nas ofertas desses colégios de meninas são os estudos das línguas estrangeiras, que na segunda metade do século XIX, vamos encontrar como mais uma oportunidade de sociabilidade feminina quanto ao aprendizado de falar uma outra língua, especialmente o francês, considerado o mais elegante.

No período aqui retratado, mais precisamente na segunda metade do século XIX, levantamos nos *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* da Província do Maranhão, de 1858 a 1864, os seguintes colégios e escolas particulares de meninas:

| COLLEGIOS/ENDEREÇOS | ANO | DIRETORAS |
|--|--------------|---|
| COLLEGIO DE N. S. DA GLORIA (r. Grande, 24) | 1858 1859 | Directoras —. Amancia Leonor de Castro Abranches e suas irmãs (D. Martinha Maria da Gloria Abranches e D. Raymunda Emelia Abranches Moura) |
| COLLEGIO DE SANTA FILOMENA (para meninas). (Caxias) | 1859 | Diretora —. Gertrudes Magna Guimarães e suas filhas. O ensino consiste em ler, escrever, grammatica portuguesa, contar, doutrina, coser, e marcar de diferentes formas, labyrinth, bordar de branco, filó e matiz & . & |

| | | |
|--|-----------|--|
| COLLEGIO DE SANCTÀ FILOMEMÀ (Travessa do Norte) | 1859 1860 | Directora —. Gertrudes Magna Guimarães (collegio de porte pequeno com 11 discípulas e sua “digna Directora”); |
| ESCOLAS PARTICULARES (Largo dos Três Corações) | 1860 | D. Clarinda Mendes Bittencourt (com 10 discípulas livres, e 10 escravas). |
| ESCOLAS PARTICULARES (r. das Flores) | 1860 | Guilhermina Bitta Campos (com 6 ditas, sendo 4 livres, e 2 escravas). O ensino consiste em lêr, escrever, contar, doutrina christan, costuras, rendas, bordar, e pontos de qualquer marca. |
| COLLEGIO DE SANCT’ ANNA PARA EDUCAÇÃO DE MENINAS (Rua Formosa, 1.) | 1864 | Dirigido por D. Maria de Sant’ Iago Franco de Sá, e suas sobrinhas D. Antonia Virgínia Franco de Sá, D. Maria da Conceição Franco de Sá, D. Anna de Sanct’ Iago F. de Sá e D. Francisca Maria Franco de Sá. |
| COLLEGIO DE N. S. DA CONCEIÇÃO (Rua da Estrella, 28) | 1864 | Directora – D. Domingas Paula da Silva |

Soma a esses Collégios de meninas, o de *Nossa Senhora da Soledade*, que esses *Almanaks* trazem as seguintes informações sobre este estabelecimento:

| COLLEGIO/ENDEREÇO | ANO | DIRETORA/PROFESSORES |
|---|------|---|
| COLLEGIO DE N. S. SOLEDADE (r. da Palma,2) | 1858 | Directora - Dona Maria Emilia Carmini - no collegio. Auxiliada por - Dona Guilhermina Carmini; Dona Maria Jose Gomes; Dona Felicidade Perpetua Marques (todas no Collegios). Professores Francez e Inglez - Henrique Eduardo Costa, r. da Estrela. Musica e Piano - João Fasciolo, r. de S. Anna, 40. Dança - |
| COLLEGIO DE N. S. SOLEDADE (r. da Palma,4) | 1859 | Directora - Dona Maria Emilia Carmini - no collegio. Auxiliada por - Dona Guilhermina Carmini; Dona Maria Jose Gomes; Dona Felicidade Perpetua Marques (todas no Collegios) Leccionão 1ª lettras, caligraphia, costura e bordados de toda qualidade. Professores |

| | | |
|--|------|--|
| | | <p><i>Francez e Inglez</i> - Henrique Eduardo Costa, r. Formosa, 38.</p> <p><i>Musica e Piano</i> - João Fasciolo, r. do Ribeirão, 49.</p> <p><i>Dança</i> -</p> |
| <p>COLLEGIO DE N. S. SOLEDADE (r. da Palma,4)</p> | 1860 | <p>Directora - Dona Maria Emilia Carmini - no collegio. Auxiliada por - Dona Guilhermina Carmini; Dona Maria Jose Gomes; Dona Felicidade Perpetua Marques (todas no Collegios)</p> <p>Leccionão 1ª lettras, caligraphia, costura e bordados de toda qualidade.</p> <p style="text-align: center;">Professores</p> <p><i>Francez e Inglez</i> - Henrique Eduardo Costa, r. Formosa, 38.</p> <p><i>Musica e Piano</i> - João Fasciolo, r. do Ribeirão, 49.</p> <p><i>Desenho</i> - João Venere, r. da Paz, 4.</p> <p><i>Dança</i> -</p> |
| <p>COLLEGIO DE NOSSA SENHORA DA SOLEDADE. PARA EDUCAÇÃO E INSTRUCÇÃO DAS MENINAS (Rua Formosa, 10)</p> | 1862 | <p>Directora - Dona Maria Emilia Carmini - no collegio Alem da instruccão litteraria e de prendas proprias; a uma senhora, pela escolha dos melhores professores, garante mais a Directora deste estabelecimento aos paes de família, que se dignarem de lhe confiar as suas filhas, o maior esmero, não só no ensino de maneiras e costumes convenientes as pessoas de boa sociedade, e ao respeito a parte moral e religiosa, se não no que é á educação physica, empregando para isso alimentação suficiente e salubre e a morada em um edificio por ventura o melhor da cidade, e que reúne as condições hygienicas necessárias para conservação de boa saúde.</p> <p>Estatuto porque se rege o collegio</p> <p>CAPITULO I – <i>Denominação, fim, administração e pessoal, do collegio;</i></p> <p>CAPITULO II – <i>Do ensino.</i></p> <p>CAPITULO III – <i>Do regimen.</i></p> <p>CAPITULO IV – <i>Condições de admissão.</i></p> <p>CAPITULO V – <i>Desposições geraes</i></p> |
| <p>COLLEGIO DE NOSSA SENHORA DA SOLEDADE. PARA EDUCAÇÃO E INSTRUCÇÃO</p> | 1864 | <p>Directora - Dona Maria Emilia Carmini - no collegio Alem da instruccão litteraria e de prendas próprias; a uma senhora, pela escolha dos melhores professores, garante mais a Directora deste estabelecimento aos paes</p> |

| | |
|---|--|
| <p>DAS MENINAS</p> <p>(Rua Estrella, 4)</p> | <p>de família, que se dignarem de lhe confiar as suas filhas, o maior esmero, não só no ensino de maneiras e costumes convenientes as pessoas de boa sociedade, e ao respeito a parte moral e religiosa, se não no que é á educação physica, empregando para isso alimentação suficiente e salubre e a morada em um edifício por ventura o melhor da cidade, e que reúne as condições hygienicas necessárias para conservação de boa saúde.</p> <p>Estatuto porque se rege o collegio</p> <p>CAPITULO I – <i>Denominação, fim, administração e pessoal, do collegio;</i></p> <p>CAPITULO II – <i>Do ensino.</i></p> <p>CAPITULO III – <i>Do regimen.</i></p> <p>CAPITULO IV – <i>Condições de admissão.</i></p> <p>CAPITULO V – <i>Desposições geraes</i></p> |
|---|--|

Por essas informações observamos que do ano de 1858 a 1860 o estabelecimento funciona no mesmo endereço, na Rua da Palma, variando apenas o número, havendo também mudança de endereços dos professores e a partir de 1860 já aparece o professor de Desenho, continuando sem professor a de Dança. Nos *Almanaks*, de 1862 e 1864, aparece publicado anúncio sobre o Collegio, onde propaga a qualidades dos professores, da educação do Collegio e suas condições física e de funcionamento e o seu Estatuto contendo cinco capítulos.

O Estatuto configura-se como um regulamento ou código com significado de valor de lei ou norma, geralmente representa uma forma de direito privado. Assim um estatuto escolar pode referir-se a um conjunto de regras que serão aplicadas, utilizadas e observadas pelo grupo escolar. O *Estatuto porque se rege o “collégio Nossa Senhora da Soledade”* era um importante aparato legal que nos permite vislumbrar a organização do colégio seus deveres diários a sua intenção formativa.

No Estatuto do *collégio Nossa Senhora da Soledade”* no que tange aos fins da instrução e educação, o artigo 2º prescreve que *“Tem por fim a cultura e o desenvolvimento das faculdades morais e intellectuais das meninas por meio do ensino dos preceitos morais e religiosos, das letras e das boas-artes”* (ALMANAK, 1862, p. 97 e 98). Cabendo a diretora, D. Maria Emilia Carmini a responsabilidade pela fiscalização, administração e inspeção do cumprimento das obrigações dos *“professores incumbidos do ensino das meninas”* no

collegio. A composição do colégio contava-se com a diretora, professores, alunas (dividida em três classes), *porcionistas, meio porcionistas e externas e mulheres livres e escravas* que realizavam serviços de manutenção do estabelecimento.

Com relação ao *ensino das matérias* eram ofertadas as de: 1- Leitura, caligrafia e noções gerais de aritmética, 2 - Gramática portuguesa com aplicações práticas na leitura e escrita ditada, 3 - Noções principais de história e geografia, com especialidade do Brasil, 4 - Conhecimento e exercícios dos preceitos da moral e doutrina evangélica; 5 - O estudo das línguas francesa e inglesa; 6 - Coser, marcar, e bordar de todas as quantidades; 7 - Desenho, música e dança. Observa-se que o quarto ponto se refere ao ensino moral e religioso com presença importante nos estabelecimentos de educação e instrução de meninas. Os dois últimos pontos referem-se a habilidades domésticas que uma boa esposa deveria ter, como o cuidado com a casa e talento para música e dança.

O dever com a religião era algo muito pregado no *collégio Nossa Senhora da Soledade*, como observamos neste trecho do Almanak de 1862:

Art. 6º As alunas pensionistas despertarão todos os dias ás 6 horas da manhã, e depois de se lavarem, pentearem e vestirem, dirigir-se-ão á capela do colégio, e ali, guiada por uma das professoras, dão o devido culto a Deus e invocarão a Virgem Santíssima para que as tenha sob sua proteção. Em seguida irá cada estudar as lições que tem de dar conta aos seus professores.

Dessa maneira era realizado uma educação com base em preceitos religiosos e que obrigava as alunas internas ou externas a obedecerem às normas previstas no Estatuto como não se comunicarem com pessoas de fora do estabelecimento – salvo parentes e familiares -, proibida a comunicação com pessoas que prestam serviços no colégio quando a diretora não estiver presente, não podem conversar com outras meninas durante a lição, caso seja feito o contrário essas estarão sob pena de punições:

As penas das faltas, que possam as alunas cometer, serão com a maior prudência e justiça aplicadas e do modo seguinte graduadas: 1.º admoestação, 2.º lição dobrada, 3.º proibição de recreio, 4.º jejum, 5.º reclusão, 6.º exclusão (ALMANAK, 1862).

No capítulo quatro, artigo 25 do Estatuto, prescreve sobre as condições de admissão das alunas, onde eram admitidas meninas maiores de cinco anos, que na condição de pensionistas deveriam levar para o colégio 1 baú para roupa, 1 dito pequeno para costura, 1 lavatório, bacia e jarro, 1 espelho, 1 copo: pentes, escovas para dentes; 1 cadeirinha; papel,

penas, caneta. Para as meio pensionistas, pensionistas e externas eram cobrados valores diferentes no pagamento mensal e admissão.

Há que considerar que o processo educacional no Brasil sempre apresentou tendência a uma educação diferenciada, se não oficialmente, pelo menos decorrente da impregnação de uma concepção social em que se atribui específica divisão sexual da educação e isso certamente influenciou em modelos diferenciados para a educação de meninos e meninas. Assim, os colégios particulares, a maior parte funcionando com internato, cresciam e se consolidaram na capital da província do Maranhão em todo o século XIX.

Voltar-se para Estatuto e o *Collégio Nossa Senhora da Soledade* a luz da representatividade dos *Almanaks* nos possibilita ir para além de um olhar sobre essa fonte, que é pouco recorrida, abrindo uma nova possibilidade de pesquisa histórica no que diz respeito a educação maranhense, observando por um outro ponto de vista como essa educação feminina funcionava em meados do século XIX, constituindo, assim, uma possibilidade de entender questões pertinentes em nossa sociedade contemporânea, principalmente no que diz respeito a educação feminina.

No século XIX a construção dessa rede de instituições educativas assumiu modelos e formas diferenciadas, de acordo com as finalidades do ensino e com o público para o qual se destinava, não tendo sido um processo uniforme, homogêneo ou contínuo no período imperial. Além das escolas elementares, secundárias e superiores, outras instituições educativas se destacaram como instrumentos modelares para a promoção dos ideais de civilização e de uma moral religiosa, então almejados por parcelas das elites políticas e intelectuais, que disputaram projetos distintos de construção da nação e de formação do povo.

Entre tais instituições, os colégios, os asilos e internatos adquiriram enorme relevância, na medida em que foram propostos em várias províncias, criados e disseminados por iniciativa de várias agências educativas (indivíduos, grupos, associações leigas e religiosas, igrejas e poderes públicos).

Considerações finais

A invenção da *forma escolar moderna*, voltada para educação de meninas sem dúvida, estava associada ao processo de constituição de um ideário de mulher em franca constituição nos oitocentos, que vai progressivamente, propagar esses estabelecimentos, os collegio e os

asilos, que se constituiu em um dos equipamentos desenvolvidos para lidar com essa diversidade de sujeitos.

Na província do Maranhão, além dos colégios para meninas, encontraremos também nos Almanaks, os Asilos destinados a meninas desvalidas, que estavam ali por serem muito pobres. Assim, os asilos eram instituições meramente civis, destinados a meninas pobres, mas que recebiam filhas de famílias abastardas na condição de pensionistas particulares. No contexto local é marco desse tipo de estabelecimento o asilo de *Santa Tereza*, de 1855, destinado a meninas órfãos e sem família, e este estabelecimento estava sob a proteção da irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, (ALMANAK, 1862). No Ano de 1862 o asilo de *Santa Tereza* possuía 51 educandas e 10 pensionistas.

Os asilos teoricamente eram instituições diferenciadas dos colégios femininos, o seu objetivo era prestar relevantíssimos serviços a nossa sociedade, tirando do vício e da ignorância muitas meninas órfãs e desvalidas, e formando-as boas mães de família (ALMANAK, 1860). Enquanto que o colégio *Nossa Senhora da Soledade* tinha como objetivo o desenvolvimento das faculdades morais e intelectuais das meninas (ALMANAK, 1862, p. 97). No que tange ao ensino das matérias entre estes dois estabelecimentos, o que se difere é que no asilo não havia o ensino de francês e inglês.

Observando todo esse movimento de consolidação dos colégios de meninas podemos concluir que todo o ordenamento pedagógico que era colocado em prática no decorrer dos Oitocentos, preocupava-se exclusivamente com uma rala formação das mulheres, devendo estas apenas nos primeiros anos de estudo seguirem o que era também ensinado aos meninos.

Posteriormente, o ensino dessas meninas era inteiramente diferenciado daquele oferecido aos meninos, tendo em vista a diferenciação que haveria nas tarefas a serem desempenhadas pela figura masculina e pela figura feminina no âmbito social. A precariedade do ensino público somado ao uso dos costumes portugueses inteiramente tradicionais e veiculados à doutrina Cristã na sua concepção divulgada através da Igreja Católica, por exemplo, apenas ratificará o confinamento da mulher ao ambiente doméstico, no interior dos seus lares (HAIDAR, 2008, p. 212). Exatamente por este motivo a educação feminina preparava a menina para a execução das tarefas relacionadas aos afazeres domésticos, às boas maneiras e à retidão perante a superioridade masculina.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A educação do “Bello Sexo” em São Luís na metade do século XIX**. São Luís: Editora Uema, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no Brasil Império**. São Paulo: Edusp, 2008.

LUCA, Tania Regina de. In.: DUTRA, Eliana F. e MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). **Política, Nação e Edição: O lugar dos impressos na construção da vida política**. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006.

MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, Imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PRIMITIVO, Moacyr. **A instrução e as províncias: subsídios para a história da educação no Brasil (1834 – 1889)**. São Paulo; Companhia Editora Nacional, 1939. Vol 1. P. 187.

RIZZINI, Irene. **A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SALES, Tatiane da Silva. A mulher e a educação feminina em São Luís na Primeira República. **Outros Tempos**, São Luís, v. 7, n. 9, p. 275-293, jul.2010. Dossiê Estudos de Gênero.